

## - CXXXVIII -

# FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL NO BRASIL

**Vera Lúcia Jacob Chaves**

UFPA – Brasil

[veraluciajacob@gmail.com](mailto:veraluciajacob@gmail.com)

### **Introdução**

A expansão da educação superior privado-mercantil deve ser analisada no contexto global de valorização do capital. É a partir da “mundialização financeira do capital” (CHESNAIS, 1996) que se consolida o atendimento educacional via grandes empresas, cujo objetivo é declaradamente o lucro. O desfecho desse processo é viabilizado com a inserção de capital especulativo, por meio do ingresso de grupos estrangeiros, de capitais fechados ou abertos, e da inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores.

A “financeirização” no âmbito das empresas educacionais no Brasil, segue uma nova lógica financeira, acompanhada de estratégias organizacionais que favorece a oligopolização do setor, sendo incompatível com os princípios que norteiam o processo educativo. Por outro lado, mecanismos da política estatal de expansão do setor privado, por meio do financiamento público, tem favorecido esse setor, aumentando o lucro e valorizando seu capital.

A abertura do capital dessas empresas no mercado de ações e a valorização destas últimas, possibilitaram o aumento de seu capital, a compra de outras instituições menores e, com isso, a formação de grandes grupos empresariais ou oligopólios (CHAVES, 2010). O avanço desse processo de financeirização, advindo das negociações estritamente direcionadas aos interesses mercantis na última década, efervesceu o setor.

Esse texto apresenta resultados da pesquisa realizada com o objetivo de analisar a nova estrutura do setor privado-mercantil no contexto da concentração de capital, de sua oligopolização e da financeirização do setor, com foco para os grandes grupos empresariais de capital aberto: Estácio Participações; Kroton/ Anhanguera, Ânima e Ser Educacional. Além do lucro obtido com a inserção no mercado financeiro e a oferta de ações na bolsa de valores, iniciada em 2007, a pesquisa apresenta resultados sobre o impacto do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies no aumento do capital desses grupos privado-mercantis.

Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa documental. Os dados foram coletados nos bancos disponibilizados *on line* nos sites do governo federal, nos Relatórios do Tribunal de Contas da União – TCU e nos documentos publicados nos sites das IES de capital aberto.

### Desenvolvimento

Atualmente, os principais grupos educacionais que operam no ensino superior privado-mercantil do Brasil podem ser classificados em três tipos: a) as empresas de capital aberto brasileiras com inserção no mercado de ações: Kroton/Anhanguera, Estácio, Ânima e Ser Educacional; b) os grupos internacionais como a *Laureate Educacion*, a *Ilumno*, *ex-Whitney University System* e a *Devry*, que inseriram-se na educação nacional adquirindo ações de grupos educacionais nacionais; e c) os grupos educacionais Unip (Universidade Paulista), Uninove (Universidade Nove de Julho), Unicsul (Universidade Cruzeiro do Sul) e Tiradentes que ainda não abriram o capital no mercado de ações.

A análise da movimentação das ações desses quatro grupos na Bolsa de Valores nos últimos quatro anos (2014 a 2017), demonstra que obtiveram valorização das ações em quase todos os anos, com uma pequena queda no ano de 2015, como resultado da mudança das regras do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.

Nesse processo é importante considerar que o setor privado-mercantil teve sua expansão estimulada pela política estatal adotada no país, em especial por meio do Fies. Ao priorizar a ampliação do acesso da educação superior por meio de instituições privadas o governo federal aumentou significativamente o financiamento público de tais instituições. Essa política tem contribuído para viabilizar os lucros dos grupos financeiros/educacionais em especial os grupos de capital aberto como a Kroton/Anhanguera, a Estácio, a Ânima e Ser Educacional.

No período de 2003 a 2016, ocorreu uma evolução extraordinária de recursos para o Fies. Em 2003, o governo federal liberou R\$ 1,565 bilhão para o programa. Em 2016, foi liberado R\$ 18,2 bilhões. Constata-se, desse modo, que o financiamento público para esse setor foi ampliado significativamente, contribuindo, assim, para aumentar seus lucros.

A partir de 2010, o Fies passou por importantes ajustes que culminaram no crescimento exponencial dos contratos e, conseqüentemente dos gastos, com impacto direto no orçamento da União para a educação. No período de 2010 a 2016, o financiamento público com recursos do Fies atingiram a “ordem de R\$ 56,5 bilhões” (BRASIL, 2017). O crescimento foi tão expressivo que os grupos privados-mercantis passaram a despontar no rol das empresas que mais receberam recursos da União. O Fies “teve seu raio de ação ampliado e se tornou o verdadeiro fundo de financiamento de gigantescas corporações educacionais” (BURGARELLI, 2017, p. 37).

As alterações promovidas no Fies em 2010, em especial a redução da taxa de juros ao ano e a dispensa de fiador na celebração dos contratos, contribuiu para o aumento exponencial dos recursos financeiros destinados ao referido fundo. Essas alterações estão relacionadas às demandas do *lobby* privatista, que concebe esse programa como potencial ferramenta de lucro, de captação de alunos, de ocupação de vagas ociosas e consolidação do setor.

É importante ressaltar que o Fies é uma das principais fontes de lucro das empresas do ensino superior privado chegando a responder por quase 50% do rendimento líquido. As margens de lucro exorbitantes do setor privado-mercantil guardam estreita relação com o elevado volume de estudantes beneficiários do Fies, posto que parcela expressiva das receitas derivadas do pagamento das mensalidades fica garantida. Em 2014, o Fies representou 72,7% da receita líquida da graduação presencial do grupo Kroton, o que equivale a aproximadamente R\$ 1,8 bilhão. Em 2015 o grupo Estácio teve receita líquida em mais de 4 milhões.

### **Conclusões**

As políticas sociais sofrem impactos dos cortes orçamentários profundos. Entretanto, os aportes de recursos financeiros do orçamento destinados ao setor privado-mercantil, particularmente com o Fies, são ampliados. Isso revela que as iniciativas governamentais de incentivo às instituições privado-mercantis de ensino superior não são afetadas com o aprofundamento da crise estrutural do capital. Assim, evidencia-se a política de favorecimento ao mercado com elevadas taxas de lucro do setor.

É crescente, no período considerado neste estudo, a destinação de recursos públicos para os grandes grupos financeiros/educacionais, especialmente com o Fies. Processo que estimula a transformação da política educacional em espaço de acumulação capitalista, amplamente lastreado por estratégias mercantis (movimento de ações) capazes de criar grandes conglomerados educacionais de caráter financeirizado e concentrado.

Assim, o ensino superior, comercializado por instituições privadas de ensino, constitui-se, deliberadamente, com incentivo estatal direto, em negócio altamente rentável no Brasil. O espaço educacional torna-se, ele mesmo, um espaço de acumulação capitalista, amplamente lastreado por estratégias mercantis capazes de criar grandes conglomerados educacionais de caráter financeirizado e concentrado.

Em síntese, pode-se afirmar que a expansão desse setor tem sido viabilizada pela inserção de capital especulativo, com a inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores e pela política de financiamento público feita pelo governo federal, especialmente por meio

do Fies. A flexibilização institucional e dos itinerários formativos, com oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa, é elemento central desse processo.

### Referências

BRASIL. (2001). *Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências (Conversão da MPV nº 2.094-28, de 2001). Brasília, DF: Diário Oficial da União.

\_\_\_\_\_. (2010). *Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010*. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

\_\_\_\_\_. (2017) Secretaria da Receita Federal. *Demonstrativo dos gastos governamentais indiretos de natureza tributária (Gastos tributários)*. Disponível em: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/bases-efetivas>. Acesso: 12/09/2017.

BURGARELLI, R. (2017). Explosão e implosão do Fies: Como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. In G. Maringoni (Org.), *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco* (p. 37-54). São Paulo, SP: Olho d'Água; FEPESP.

CHAVES, V. L. J. (2010). Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educação & Sociedade*, 31(111), 481-500.

CHESNAIS, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo, SP: Xamã.